



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS 27 CAPITAIS BRASILEIRAS

LEONARDO MACHADO MAGLIO

Uninove



ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS 27 CAPITAIS BRASILEIRAS

Contextualização:

O Brasil ratificou o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas em 2016, estabelecendo o objetivo de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa em 37% em 2025 e 43% em 2030, comparado com os níveis de 2005.

O atendimento dessas metas desafiadoras deverá passar por uma intensificação das ações de governos municipais para a redução das emissões de GEE, dado que cerca de 70% das emissões globais são provenientes das cidades.

Objetivos:

O objetivo desse estudo é verificar a conjuntura atual do combate às mudanças climáticas nas capitais brasileiras, verificando quais delas possuem uma política pública específica para isso. Ademais, esse estudo pretende verificar a relação entre a existência de uma política pública específica e a ocorrência de ações práticas de enfrentamento, especificamente, a identificação as fontes de emissões de GEE do município, a partir da elaboração de um inventário de emissões de GEE.

Metodologia:

Para tal, foi realizada uma pesquisa nos endereços eletrônicos das 27 capitais brasileiras, assim como em documentos públicos oficiais, afim de verificar quais delas possui uma lei específica para enfrentamento as mudanças climáticas, e quais delas realizaram um inventário de emissões de gases de efeito estufa entre os anos de 2002 e 2017.

Fundamentação Teórica:

Os centros urbanos são os principais responsáveis pela emissão de GEE, o que é intensificado em megacidades, é serão nesses ambientes que os efeitos das mudanças climáticas serão mais devastadores. (Nobre et al., 2011; PBMC, 2016; Observatório do Clima, 2009). As cidades devem assumir o protagonismo no enfrentamento das mudanças climáticas, colocando os governos locais como atores fundamentais para o cumprimento dos acordos globais de redução de emissões de GEE (Broto, 2017)

Resultados e Análises:

Das 27 capitais brasileiras, apenas 10 (37%) possuem uma política específica para enfrentamento as mudanças climáticas.

Das 27 cidades, 12 (44%) realizaram um inventário de emissão de gases de efeito estufa até o ano de 2017.

Todas as cidades que tem uma política de enfrentamento as mudanças climáticas realizaram um inventário de emissões de GEE.



Florianópolis e Curitiba são as duas cidades que realizaram inventário de GEE mas não tem uma política municipal específica.

Considerações Finais:

O inventário de GEE permite a cidade identificar as principais fontes de emissões de GEE para poder elaborar um plano de redução de emissões, e de fato colaborar de maneira concreta no cumprimento dos acordos globais de redução de emissões.

A partir do levantamento realizado, foi possível perceber a importância dos governos locais implementarem políticas públicas para o enfrentamento as mudanças climáticas, tendo em vista que 100% das cidades que possuem legislação específica já realizaram o inventário de emissões de GEE.

Referências:

Brasil (2015). Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinadas para Consecução do Objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Recuperado em 26 de setembro de 2017 de http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-INDC-portugues.pdf

Decreto nº: 14794 /2012 da Prefeitura de Belo Horizonte (2012). Recuperado em 26 de setembro de 2017 de

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2012/1480/14794/decreto-n-14794-2012-promove-a-politica-municipal-de-mitigacao-dos-efeitos-da-mudanca-climatica-por-meio-do-plano-municipal-de-reducao-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-2012-01-09-versao-original>

Broto, V. C (2017) Urban Governance and the Politics of Climate change. World Development, (93), 11-15. Recuperado em 5 de dezembro de 2017 de https://econpapers.repec.org/article/eeewdevel/v_3a93_3ay_3a2017_3ai_3ac_3ap_3a1-15.htm

Lei nº: 5248/2011 da Prefeitura do Rio de Janeiro (2011). Recupero em 30 de novembro de 2017 de <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/148105/DLFE-260353.pdf/LEIMUN5.2.4.8.2.0.1.1.GEE.pdf>

Lei nº: 14.933/2009 da Prefeitura de São Paulo (2009). Recupero em 30 de novembro de 2017 de <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2009/1493/14933/lei-ordinaria-n-14933-2009-institui-a-politica-de-mudanca-do-clima-no-municipio-de-sao-paulo>

Lei nº: 8803/2015 da Prefeitura de Vitoria (2015). Recupero em 30 de novembro de 2017 de <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2015/L8803.PDF>

Lei nº: 8915/2015 da prefeitura de Salvador (2015) Recupero em 30 de novembro de 2017 de <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2015/891/8915/lei-ordinaria-n-8915-2015-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento->



[sustentavel-institui-o-cadastro-municipal-de-atividades-potencialmente-degradadoras-e-utilizadoras-de-recursos-naturais-cmapd-e-a-taxa-de-controle-e-fiscalizacao-ambiental-tcfa-no-municipio-de-salvador-e-da-outras-providencias](#)

Lei nº 10.586/2017 da prefeitura de Fortaleza (2017) Recuperado em 30 de novembro de 2017 de <https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-ordinaria/2017/1059/10586/lei-ordinaria-n-10586-2017-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-de-baixo-carbono-de-fortaleza-e-da-outras-providencias>

Lei nº 18011/2014 da prefeitura de Recife (2014). Recuperado em 30 de novembro de 2017 de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=269646>

Lei nº 254/2010 da prefeitura de Manaus (2010). Recuperado em 30 de novembro de 2017 de <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-promulgada/2010/25/254/lei-promulgada-n-254-2010-institui-a-politica-municipal-de-combate-ao-aquecimento-global-e-as-mudancas-climaticas-e-da-outras-providencias.html>

Lei nº 2.273/2015 da prefeitura de Porto Velho. Recuperado em 30 de novembro de 2017 de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=314514>

Lei nº 1182/2013 da prefeitura de Palmas. Recuperado em 30 de novembro de 2017 de <https://leismunicipais.com.br/a/to/p/palmas/lei-ordinaria/2003/119/1182/lei-ordinaria-n-1182-2003-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-mudancas-climaticas-e-da-outras-providencias>

NOBRE, C. A. et al. Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana de São Paulo. Sumário Executivo - junho de 2010. INPE, IPT, UNICAMP, USP, UNESP- Rio Claro. Recuperado em 15 de maio de 2018 de: http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/publicacoes/2010/SumarioExecutivo_megacidades.pdf. Acesso em: 10 set.2013

Observatório Do Clima (2009) – Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil. Observatório do Clima. p. 94. Recuperado em 10 de janeiro de 2018 de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15412/Diretrizes%20para%20a%20Formulação%20de%20Pol%C3%ADtica%20Públicas%20em%20Mudanças%20Climáticas%20no%20Brasil.pdf>

PBMC, 2016 - Mudanças Climáticas e cidades. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. 116p. Recuperado em 10 de maio de 2018 de http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/Relatorio_UM_v10-2017-1.pdf

United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC (2015). Historic Paris Agreement on Climate Change. Recuperado em 10 de maio de 2018 de <https://unfccc.int/news/finale-cop21>



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

Palavras-chave:

Mudanças, Climáticas, Cidades, políticas , inventário